



QUALIS
A2



ESTUDO COMPARATIVO DO VOCABULÁRIO ENTRE AS LÍNGUAS INDÍGENAS QUE FAZEM PARTE DO TRONCO MACRO-JÊ E DA FAMÍLIA LINGUÍSTICA JÊ

COMPARATIVE STUDY OF VOCABULARY AMONG INDIGENOUS LANGUAGES THAT ARE PART OF THE MACRO-JÊ LANGUAGE FAMILY AND THE JÊ LINGUISTIC FAMILY.

Valdson Júnior de Sousa GOMES¹

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

E-mail: valdsonjunior13@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-9318-1651>

Danielle Mastelari LEVORATO²

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

E-mail: daniellemastelari@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1995-1490>

Francisco Edviges ALBUQUERQUE³

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

E-mail: fedviges@uol.com.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0004-1887>

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar a diversidade linguística do Tronco Macro-Jê, analisando as línguas Apinayé, Canela, Kayapó e Krahô, com foco nas semelhanças e diferenças lexicais entre elas. O estudo busca compreender como essas diferenças podem contribuir para o fortalecimento da educação bilíngue e para a preservação da identidade cultural dos povos indígenas. A pesquisa se justifica pela

¹ Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT. Graduado em Letras Português pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: valdsonjunior13@hotmail.com

² Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT. Professora Danielle Mastelari Levorato, possui graduação em Direito pela Fundação de Ensino "Eurípides Soares da Rocha" (1998) e Mestrado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM (2004), Doutorado em Linguística e Literatura pelo programa PPGLIT da UFNT (2024), além de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil e Direito Empresarial pelo Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM. É Professora Associada, Nível 1, da Universidade Federal do Norte Tocantins. É professora Extencionista, atuando a frente de questões indígenas, especialmente com os povos Krahô e Apinayé no Tocantins. E-mail: daniellemastelari@hotmail.com

³ Universidade Federal do Norte Tocantins UFNT. Possui mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutorado em Letras Universidade Federal Fluminense pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística e Dialectologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação escolar indígena, língua Apinayé, interculturalidade e educação indígena. Professor de Curso de Educação continuada para os Professores indígenas e não indígenas da Educação Básica do estado do Tocantins, no período de 200 a 2014. E-mail: fedviges@uol.com.br

necessidade urgente de preservar as línguas indígenas, muitas das quais estão em risco de extinção, e pelo papel fundamental que o ensino bilíngue desempenha na valorização dessas culturas. A análise fonológica e lexicais dessas línguas, além de fornecer uma base para práticas pedagógicas bilíngues, visa promover a integração das línguas indígenas ao currículo escolar, respeitando as especificidades linguísticas de cada povo. A metodologia adotada é qualitativa e bibliográfica, com análise comparativa dos vocábulos das línguas do Tronco Macro-Jê, baseada em autores como Rodrigues (1986), Albuquerque (2011), e Melatti (1993). Os resultados apontam a importância do ensino bilíngue como uma estratégia de resistência cultural e preservação das línguas indígenas, além de reforçar a identidade e a autoestima dos estudantes indígenas. O estudo também destaca a necessidade de investimentos em políticas públicas para a produção de materiais pedagógicos bilíngues e capacitação de professores. A pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes, além de ampliar a produção literária bilíngue para fortalecer a identidade cultural das crianças indígenas.

Palavras-chave: Tronco Macro-Jê. Educação bilíngue. Preservação linguística. Identidade cultural. Línguas indígenas.

ABSTRACT

This study aims to investigate the linguistic diversity of the Macro-Jê language family, analyzing the Apinayé, Canela, Kayapó and Krahô languages, focusing on their lexical similarities and differences word them. The study seeks to understand how these differences can contribute to strengthening bilingual education and preserving the cultural identity of indigenous peoples. The research is justified by the urgent need to preserve indigenous languages, many of which are at risk of extinction, and by the fundamental role that bilingual education plays in valuing these cultures. The phonological and lexical analysis of these languages, in addition to providing a basis for bilingual pedagogical practices, aims to promote the integration of indigenous languages into the school curriculum, respecting the linguistic specificities of each people. The methodology adopted is qualitative and bibliographic, with a

comparative analysis of the vocabulary of the languages of the Macro-Jê language family, based on authors such as Rodrigues (1986), Albuquerque (2011), and Melatti (1993). The results highlight the importance of bilingual education as a strategy for cultural resistance and preservation of indigenous languages, as well as reinforcing the identity and self-esteem of indigenous students. The study also emphasizes the need for investments in public policies for the production of bilingual educational materials and teacher training. The research aims to contribute to the development of more inclusive and effective pedagogical practices, as well as to expand bilingual literary production to strengthen the cultural identity of indigenous children.

Keywords: Macro-Jê language Family. Bilingual education. Linguistic preservation. Cultural identity. Indigenous languages.

INTRODUÇÃO

A diversidade linguística dos povos indígenas brasileiros é um componente essencial da riqueza cultural do país. Entre os muitos troncos linguísticos presentes, o Tronco Macro-Jê destaca-se pela diversidade e complexidade das línguas que o compõem, faladas por diversos grupos em distintas regiões do Brasil. Este estudo propõe uma análise comparativa do vocabulário entre quatro línguas do tronco Macro-Jê: Apinayé, Canela, Kayapó e Krahô, com o objetivo de explorar as similaridades e diferenças entre elas, e como essas características podem contribuir para a preservação e fortalecimento da identidade cultural dos povos indígenas.

A pesquisa se justifica pela urgência da preservação das línguas indígenas, muitas das quais estão em risco de extinção. Além de contribuir para os estudos linguísticos, o estudo comparativo do vocabulário dessas línguas visa informar práticas pedagógicas voltadas ao ensino bilíngue nas comunidades indígenas. Nesse contexto, o bilinguismo é visto como uma estratégia fundamental para a preservação cultural e linguística, permitindo que as crianças indígenas utilizem sua língua materna como base para o aprendizado do português, sem perder suas raízes culturais.

A questão central deste trabalho é: quais são as similaridades e diferenças dos vocabúlos entre as línguas Apinayé, Canela, Kayapó e Krahô, e como esses aspectos podem ser utilizados para fortalecer a educação bilíngue e a preservação das línguas

indígenas? A hipótese central é que as línguas Macro-Jê apresentam similaridades que refletem heranças culturais comuns, e que essas semelhanças podem ser exploradas para desenvolver propostas pedagógicas eficazes nas escolas indígenas.

A relevância do estudo é evidenciada pela necessidade de promover a documentação linguística e o desenvolvimento de materiais pedagógicos bilíngues. Além disso, a pesquisa contribui para a construção de políticas públicas que incentivem a valorização das línguas indígenas e a formação de profissionais qualificados para o ensino bilíngue. O objetivo geral deste trabalho é realizar um estudo comparativo entre vocábulo das línguas Apinayé, Canela, Kayapó e Krahô. Os objetivos específicos incluem: (i) revisar a literatura sobre o Tronco Macro-Jê; (ii) realizar uma comparação fonológica e vocabulário das línguas estudadas; e (iii) aplicar os dados obtidos ao contexto educacional, sugerindo práticas pedagógicas que valorizem as especificidades linguísticas de cada língua.

A metodologia adotada será qualitativa e bibliográfica, com base em autores como Rodrigues (1986), Albuquerque (2011), Santos Filho e Gamboa (2001), e Fonseca (2002). O estudo será desenvolvido em etapas: levantamento bibliográfico sobre as línguas do Tronco Macro-Jê, seleção de vocábulos representativos das línguas e análise comparativa fonológica e vocabulário. A pesquisa também visa aplicar os resultados à prática pedagógica, com ênfase no ensino bilíngue e intercultural nas escolas indígenas.

A estrutura do trabalho está organizada em quatro capítulos, além desta introdução. O capítulo 2 aborda a fundamentação teórica do estudo, discutindo a diversidade linguística e os desafios educacionais enfrentados pelos estudantes indígenas. O capítulo 3 analisa a importância do ensino bilíngue e a relação entre a preservação linguística e a identidade cultural dos povos indígenas. O capítulo 4 contém as considerações finais, com uma reflexão sobre os resultados obtidos e possíveis caminhos para futuras pesquisas.

Este estudo pretende contribuir significativamente para o campo dos estudos linguísticos, promovendo o fortalecimento da educação bilíngue nas comunidades indígenas e colaborando com os debates sobre a preservação das línguas e culturas indígenas no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo visa entender a escrita de estudantes indígenas no ambiente escolar do Tocantins, integrando abordagens linguísticas, culturais e metodológicas. Este capítulo, fundamentado em autores como Rodrigues (1986), Albuquerque (2011), Santos Filho e Gamboa (2001), Fonseca (2002) e Melatti (1993), examina as dificuldades educacionais e culturais que os estudantes indígenas enfrentam, bem como a importância de adotar práticas pedagógicas inclusivas. O objetivo da análise apresentada aqui é oferecer um suporte teórico para a relação entre identidade cultural e escrita, enfatizando suas consequências sociais e educacionais.

A Diversidade Linguística dos Povos Indígenas

Rodrigues (1986) fornece um fundamento robusto para o entendimento das línguas indígenas do Brasil, categorizando-as em troncos e famílias linguísticas. Por exemplo, o tronco Macro-Jê é formado por diversas línguas que têm uma origem comum, mas que se diversificaram ao longo do tempo em razão de fatores históricos, geográficos e sociais. Essa variedade de idiomas reflete e impulsiona a rica cultura dos povos indígenas.

De acordo com a classificação linguística, o Tronco Macro-Jê "é um conjunto de línguas indígenas brasileiras que abrange as famílias linguísticas Jê, Maxakali, Krenak, Karajá, Rikbaktsa, Ofayé, Puri, Riquibatissa e Tarairiu" (Wikibooks, 2024). A complexidade e a longa história das relações entre esses povos no Brasil são evidenciadas pela amplitude e diversidade desse tronco.

As línguas indígenas não estão isoladas, mas inseridas em contextos multilíngues, frequentemente caracterizados por bilinguismo ou trilinguismo. Ele ressalta que "a coexistência de línguas indígenas e o português em comunidades representa não apenas um desafio educacional, mas também uma oportunidade para promover um diálogo cultural significativo" (Rodrigues, 1986, p. 31). Essa interação linguística possibilita que as pessoas naveguem por diferentes universos culturais, o que enriquece suas identidades.

Contudo, essa diversidade pode representar um desafio no ambiente escolar. Por exemplo, estudantes indígenas que falam línguas do tronco Macro-Jê costumam

ter problemas para aprender português, já que a gramática e o vocabulário do idioma diferem bastante de suas línguas nativas. Entender essas diferenças é fundamental para criar estratégias de ensino que respeitem e valorizem a diversidade linguística.

A mobilidade espacial de diversos povos Macro-Jê, combinada com a habilidade de ocupar e se adaptar a variados ecossistemas, além da notável 'resiliência cultural' Jê, são elementos fundamentais para compreender a preservação e a vitalidade de muitas de suas línguas e culturas na atualidade (Miranda & Monteiro, 2020 apud Miranda et al, 2020, p.17). Wikibooks (2024) afirmam que os povos Macro-Jê habitam vastas regiões do Brasil até o ano 1000, quando migrações de povos Tupi os moveram para o interior, mudando suas condições de vida e cultura. Esse fenômeno contribui para a diversidade linguística observada no tronco, refletida nas variantes fonológicas e gramaticais das línguas dessa família.

A variedade linguística das línguas Macro-Jê reflete a riqueza cultural e histórica dos seus falantes. A tabela comparativa e sua análise destacam a complexidade dessas línguas e suas inter-relações dentro do tronco. O ensino dessas línguas, particularmente em um ambiente escolar bilíngue, precisa ser meticulosamente estruturado, considerando as semelhanças e diferenças fonológicas para respeitar e valorizar as identidades culturais desses povos.

Dentro do Tronco Macro-Jê, destaca-se a Família Linguística Jê, que agrupa um conjunto de línguas compartilhando raízes históricas e culturais comuns, mas com características fonológicas e gramaticais próprias. As línguas Jê são faladas por diversos grupos indígenas no Brasil, como os Krahô, Canela, Kayapó, entre outros, e apresentam particularidades que devem ser consideradas no contexto educacional bilíngue. Algumas características principais são:

- **Fonologia e Morfologia:** As línguas da família Jê são notáveis pela sua complexidade fonológica, com estruturas que variam de grupo para grupo, mas que ainda apresentam uma base comum. Por exemplo, embora as palavras para "olho" variem entre os grupos (como "to" em Canela e "no" em Apinayé), as semelhanças fonológicas entre algumas línguas do grupo, como a palavra "par" (comum entre Apinayé, Canela, Kayapó e Krahô), indicam raízes compartilhadas.

- **Variedade Gramatical:** Cada língua da família Jê exibe estruturas gramaticais que refletem não apenas a comunicação, mas também os valores culturais de seus falantes. Por exemplo, o uso de marcadores gramaticais relacionados à filiação a clãs ou status social em algumas dessas línguas é um reflexo direto das relações sociais dentro das comunidades.
- **Distribuição Geográfica:** Embora as línguas Jê estejam concentradas em áreas do centro e nordeste do Brasil, as adaptações linguísticas e culturais dessas línguas variam conforme os diferentes ecossistemas e grupos que as falam, tornando cada uma única em sua forma de expressar o mundo ao seu redor.
- **O ensino das línguas Jê, dentro do contexto da educação bilíngue, é essencial para a preservação e fortalecimento das culturas desses povos. Para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes, é necessário reconhecer as diferenças fonológicas e culturais dessas línguas e aplicá-las no processo de ensino, respeitando suas especificidades e promovendo uma aprendizagem que seja tanto linguística quanto culturalmente significativa.**
- **Desafios Linguísticos:** As diferenças estruturais entre o português e as línguas Jê podem representar um obstáculo no aprendizado, especialmente em áreas de morfologia e sintaxe. Essas línguas possuem elementos que não existem no português, o que requer uma adaptação cuidadosa das estratégias pedagógicas.
- **Oportunidades para o Ensino Bilíngue:** A implementação de um currículo escolar que reflita as particularidades das línguas Jê é uma oportunidade de fortalecer a identidade cultural dos alunos e promover um aprendizado mais inclusivo, onde o respeito pelas suas línguas maternas contribui para uma educação de maior qualidade.

A implementação de um currículo escolar que reflita as particularidades das línguas Jê é uma oportunidade de fortalecer a identidade cultural e do próprio povo e promover um aprendizado mais inclusivo, onde o respeito pelas suas línguas maternas contribui para uma educação de maior qualidade. Nesse contexto, o ensino bilíngue se apresenta como uma estratégia fundamental não apenas para a aquisição de uma segunda língua, mas também para a preservação das línguas indígenas, assegurando que as tradições culturais sejam preservadas ao mesmo tempo em que

os alunos se tornam proficientes no português. A integração das línguas indígenas no currículo escolar, respeitando suas características e especificidades, é essencial para garantir que a educação seja realmente eficaz e culturalmente relevante.

Ensino Bilíngue e Preservação Linguística

Uma das principais estratégias para preservar as línguas indígenas e fortalecer as identidades culturais desses povos é o ensino bilíngue. De acordo com Albuquerque (2011), o ensino bilíngue não deve ser entendido somente como a aquisição de dois idiomas, mas como um processo que incorpora de maneira significativa as línguas indígenas ao currículo escolar. Assim, os estudantes podem usar sua língua nativa como ponto de partida para aprender português, o que torna mais fácil a aprendizagem de um segundo idioma sem romper os laços culturais.

Albuquerque (2011) argumenta que "o ensino bilíngue deve ir além da tradução literal, integrando as línguas indígenas ao currículo escolar de forma significativa, permitindo que os alunos utilizem sua língua materna como base para aprender o português" (p. 59). Trata-se de um processo que simplifica a aprendizagem do português quanto fortalece a conexão dos estudantes com suas origens culturais, fazendo com que se sintam reconhecidos e respeitados em sua identidade.

Contudo, há obstáculos consideráveis à implementação do ensino bilíngue. As línguas indígenas, como o Apinayé, Krahô e outras do tronco Macro-Jê, têm estruturas gramaticais e fonológicas que podem divergir bastante do português, o que pode dificultar o processo de aprendizagem na língua portuguesa. Por exemplo, a língua Apinayé tem marcadores gramaticais que sinalizam relações culturais particulares, como afiliação a clãs ou diferenças hierárquicas, os quais não estão presentes no português. Ao criar materiais pedagógicos e estratégias de ensino bilíngue que atendam às demandas linguísticas dos estudantes indígenas, é preciso considerar essas especificidades.

Quando adequadamente adotado, o bilinguismo pode servir como um meio de resistência e preservação cultural. Albuquerque (2011) declara que "as práticas pedagógicas bilíngues, quando bem implementadas, podem transformar a escola em um espaço de valorização cultural, onde o aprendizado é um ato de resistência e

preservação" (p. 62). O ensino bilíngue, ao incorporar as línguas indígenas no contexto escolar, ajuda a preservar o patrimônio cultural e linguístico dos povos indígenas, possibilitando que as gerações mais jovens aprendam e transmitam esses conhecimentos.

A condição atual de várias línguas indígenas é alarmante. Mais da metade das 180 línguas indígenas do Brasil têm menos de 500 falantes, o que as torna vulneráveis ao desaparecimento. Assim, a perda de uma língua implica também a perda de um extenso conjunto de saberes e de uma perspectiva de mundo singular. Albuquerque (2011) enfatiza que "a maioria das línguas indígenas brasileiras está em risco de desaparecer", o que torna ainda mais urgente a necessidade de políticas públicas que incentivem o ensino bilíngue e a preservação dessas línguas.

A escrita, segundo Drumond de Castro (2020), também desempenha um papel importante nesse processo de preservação. "A escrita é um meio de poder e resistência, e sua apropriação pelos povos indígenas constitui um processo complexo e em constante evolução" (Drumond de Castro, 2020). A incorporação da escrita nas línguas indígenas, particularmente no contexto educacional, constitui um meio de preservar a língua e a cultura, possibilitando que as gerações futuras acessem o conhecimento ancestral.

Nos últimos anos, a pesquisa das línguas indígenas, particularmente do tronco Macro-Jê, tem aumentado. O crescimento nas pesquisas acerca dessas línguas demonstra um interesse ampliado e acesso a programas de pós-graduação, somado à presença crescente de pesquisadores indígenas, que têm desempenhado um papel fundamental na documentação e preservação dessas línguas. Rodrigues (1986) declara que "a tarefa de investigação das línguas indígenas do Brasil é, sem dúvida, a maior tarefa da linguística no Brasil" (p. 10).

A preservação das línguas e o fortalecimento da identidade dos povos que as falam demonstram essa resiliência cultural. Assim, o ensino bilíngue é uma estratégia fundamental para assegurar que as línguas indígenas sejam mantidas, ensinadas e preservadas. Adotar práticas pedagógicas que respeitem e valorizem as línguas maternas dos estudantes indígenas para criar um sistema educacional inclusivo que ajude a preservar as culturas e identidades desses povos. O ensino bilíngue deve ser considerado não só um método de ensino de idiomas, mas também uma prática de

resistência cultural que reforça as identidades e garante a sobrevivência das línguas indígenas brasileiras, para as próximas gerações.

Metodologias e Aspectos Culturais na Educação Escolar Indígena

A educação escolar indígena demanda um entendimento aprofundado dos contextos culturais e sociais das comunidades, uma vez que as abordagens pedagógicas tradicionais podem não atender adequadamente às particularidades dos estudantes indígenas. Santos Filho e Gamboa (2001) destacam o papel fundamental da pesquisa qualitativa na compreensão dos processos educativos nas comunidades indígenas. Possibilita a compreensão das particularidades das práticas educacionais e da escrita, concentrando-se nas interações sociais e culturais que definem o contexto escolar indígena. Segundo os autores, "a pesquisa qualitativa oferece uma perspectiva aprofundada, permitindo analisar como os alunos indígenas constroem significados a partir de suas vivências e como essas vivências se refletem na escrita" (Santos Filho; Gamboa, 2001, p. 44).

No âmbito do ensino bilíngue, a pesquisa qualitativa emerge como um instrumento para entender de que maneira as identidades culturais e linguísticas dos estudantes se revelam nas produções textuais. Nesse contexto, a escrita pode ser entendida não somente como um exercício acadêmico, mas também como um espelho das tradições e vivências dos alunos em suas comunidades. Ademais, Santos Filho e Gamboa (2001) ressaltam que a pesquisa qualitativa é eficiente para reconhecer obstáculos culturais e linguísticos no contexto escolar, contribuindo para compreender as tensões entre as práticas pedagógicas ocidentais e os valores culturais indígenas. Para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural dos estudantes indígenas, tornando a educação mais inclusiva e representativa.

Com relação às metodologias de pesquisa, Fonseca (2002) apresenta orientações práticas para a condução de estudos acadêmicos que abrangem linguagens e contextos culturais particulares. A pesquisa bibliográfica é um passo para identificar o conhecimento já produzido e posicionar o trabalho do pesquisador no contexto acadêmico. Ele ressalta que "a pesquisa bibliográfica é um passo essencial para mapear o conhecimento já existente e situar o trabalho do pesquisador no campo

acadêmico" (Fonseca, 2002, p. 34). No âmbito desta pesquisa, o levantamento bibliográfico foi essencial tanto para identificar lacunas nos estudos acerca da escrita de estudantes indígenas quanto para embasar teoricamente a análise das produções textuais.

A triangulação de dados, sugeridas pelo autor, é uma técnica relevante que aprimora a análise ao combinar diversas fontes e pontos de vista. Essa metodologia possibilita uma análise mais abrangente e detalhada do fenômeno em questão, que são as produções textuais dos estudantes indígenas. Ao levar em conta as contribuições de diversas disciplinas, como linguística, educação e antropologia, a triangulação proporciona uma perspectiva mais abrangente das dinâmicas culturais e linguísticas presentes na educação indígena.

Melatti (1993) discute a conexão intrínseca entre língua, cultura e identidade, enfatizando que as práticas linguísticas refletem as crenças e tradições de uma comunidade. Ele defende que, no âmbito educacional, a escrita pode ser ajustada para incluir elementos culturais particulares, transformando-se em um instrumento de preservação e resistência. Melatti afirma que "os textos escritos por alunos indígenas frequentemente misturam características de sua língua materna com o português, criando narrativas que refletem suas identidades híbridas" (Melatti, 1993, p. 81). Essa visão é essencial para desenvolver práticas pedagógicas que valorizem as expressões culturais nos textos dos estudantes indígenas.

Incorporar elementos culturais e linguísticos à educação indígena é fundamental para assegurar que os estudantes se sintam reconhecidos e respeitados no contexto escolar. Melatti (1993) indica que, quando adequadamente direcionada, a escrita pode funcionar como um elo entre os saberes tradicionais e o conhecimento formal, fomentando um diálogo intercultural relevante. Pode contribuir para superar as barreiras entre os diversos tipos de conhecimento no âmbito da educação indígena, possibilitando que os estudantes entendam e se apropriem tanto dos saberes indígenas quanto dos acadêmicos.

A escrita dos estudantes indígenas, moldada por suas tradições culturais e obstáculos linguísticos, reflete as particularidades desse cenário. Rodrigues (1986) enfatiza que "as línguas indígenas, além de refletirem a visão de mundo dos povos que as falam, são uma forma de comunicação integral que deve ser respeitada e

preservada no contexto educacional" (Rodrigues, 1986, p. 18). Segundo ele, o ensino das línguas indígenas transcende a mera comunicação; deve ser encarado como um meio de assegurar que a cultura e a identidade dos povos indígenas sejam respeitadas e apreciadas na sociedade.

Miranda e Monteiro (2020 apud Miranda et al 2020) enfatizam a relevância de situar o ensino das línguas indígenas no contexto das dinâmicas culturais e sociais desses povos. Eles afirmam que "a pesquisa sobre as línguas Macro-Jê deve ser contextualizada dentro das dinâmicas culturais e sociais dos povos que as falam, pois, as línguas refletem as vivências e os saberes dessas comunidades" (Monteiro, 2019 apud Miranda et al. 2020). Para a criação de práticas educacionais que considerem as experiências, conhecimentos e valores culturais dos estudantes indígenas.

O ensino indígena deve ser desenvolvido de forma a valorizar as línguas e culturas dos estudantes, considerando suas particularidades e respeitando suas identidades. A pesquisa qualitativa, as diretrizes metodológicas e a incorporação da cultura indígena no processo educativo são elementos essenciais para assegurar que a educação indígena seja adaptada ao contexto, inclusiva e eficiente. Para que a educação bilíngue tenha êxito e as culturas e línguas indígenas sejam preservadas, usar a língua materna, adaptar os currículos para que reflitam as realidades culturais dos estudantes e incorporar os saberes tradicionais às práticas pedagógicas.

ANÁLISE DAS LÍNGUAS MACRO-JÊ: UM ESTUDO COMPARATIVO

A análise comparativa das línguas Apinayé, Canela, Kayapó e Krahô, integrantes do tronco Macro-Jê, possibilita um entendimento mais aprofundado das características fonológicas e culturais desses idiomas. Apesar de terem uma origem comum, essas línguas exibem uma variedade considerável em suas estruturas fonológicas, gramaticais e culturais. Isso gera desafios e oportunidades para o ensino bilíngue nas escolas indígenas. A seguir, apresento as semelhanças e diferenças identificadas entre essas línguas, além das implicações pedagógicas para o ensino bilíngue.

O quadro comparativo exibido nesta pesquisa concentra-se em palavras fundamentais dessas línguas, como "pé", "olho", "chuva" e "sementes". As línguas Apinayé, Canela, Kayapó e Krahô apresentam notáveis semelhanças fonológicas,

porém as diferenças também são significativas e essenciais para compreender as conexões históricas, culturais e geográficas entre elas.

A seguir mostra-se uma comparação fonológica das línguas do tronco Macro-Jê, concentrando-se nas línguas Canela, Apinayé, Kayapó e Krahô. A análise compara componentes linguísticos fundamentais, como os termos para "par", "pé" e "olho", entre outros, evidenciando semelhanças e diferenças significativas nas estruturas fonológicas desses idiomas.

Quadro 1: Comparativa Fonológica das Línguas Macro-Jê: Apinayé, Canela, Kayapó e Krahô.

	Canela	Apinayé	Kayapó	Krahô
pé	pàr	pàr	pàr	pàr
olho	to	no	no	to
sol	pyt	myt	myt	pyt
chuva	ta	na	na	ta
semente	hy	y	hy	hi

Fonte: Rodrigues (1986) e Bessa (2011).

A análise do quadro comparativo das línguas Macro-Jê indica notáveis semelhanças e diferenças fonológicas. Em primeiro lugar, nota-se que algumas línguas, como Apinayé e Kayapó, possuem palavras com semelhança fonética, como "par" (Apinayé) e "par" (Kayapó). Essas semelhanças podem sugerir uma conexão histórica e cultural entre essas línguas, evidenciando suas raízes compartilhadas no tronco Macro-Jê. Essas semelhanças podem sugerir uma conexão histórica e cultural entre essas línguas, evidenciando suas raízes compartilhadas no tronco Macro-Jê.

Em contrapartida, idiomas como Apinayé e Canela apresentam variações fonológicas mais pronunciadas. Essas diferenças apontam não só para uma variação fonológica, mas também para as influências de outros grupos linguísticos e para as distintas condições geográficas e culturais em que essas línguas evoluíram.

Ao desenvolver práticas pedagógicas bilíngues para o ensino de línguas indígenas, é importante levar em conta essas semelhanças e diferenças. As línguas do

tronco Macro-Jê, com suas particularidades fonológicas, demandam uma abordagem que considere suas características específicas. Assim, o ensino bilíngue deve incorporar essas diferenças linguísticas de maneira a promover o aprendizado e a preservação das línguas, honrando as identidades culturais e linguísticas dos estudantes.

Essas variações sugerem que, apesar de as línguas terem um tronco comum, a evolução fonológica delas tomou direções distintas, sendo afetada por diversos elementos, como o contato com outras línguas, migrações e práticas culturais particulares. Essas diferenças e semelhanças fonológicas são relevantes para entender as interações culturais e históricas dos povos indígenas e devem ser consideradas ao criar um currículo escolar bilíngue que respeite e valorize as características de cada idioma.

A análise fonológica das línguas Apinayé, Canela, Kayapó e Krahô indica a demanda por um ensino bilíngue que não só considere as línguas indígenas, mas também considere as especificidades fonológicas e culturais de cada uma. Por exemplo, ao ensinar português, é necessário levar em conta as diferenças fonológicas entre as línguas para que os alunos indígenas possam transitar entre elas de maneira eficiente.

Ao criar recursos pedagógicos, é essencial incorporar a fonologia de cada língua indígena de maneira exata. Isso implica, por exemplo, que as distinções fonológicas entre "no" e "to" precisam ser tratadas de forma explícita no ensino bilíngue, auxiliando os estudantes a entenderem as diferenças entre os idiomas e a estabelecer conexões mais eficientes com o português. Ademais, o currículo deve conter métodos para ensinar os estudantes a identificar e reproduzir essas diferenças fonológicas ao aprender um segundo idioma.

Rodrigues (1986) enfatiza que "as línguas indígenas, além de refletirem a visão de mundo dos povos que as falam, são uma forma de comunicação integral que deve ser respeitada e preservada no contexto educacional" (p. 18). Assim, o ensino das línguas do tronco Macro-Jê deve ultrapassar a mera tradução de palavras, tornando-se um processo que considere as particularidades fonológicas e culturais dessas línguas, assegurando que os estudantes possam usar sua língua materna como referência para aprender o português.

Melatti (1993) enfatiza que é fundamental incorporar elementos culturais à educação indígena para que os estudantes se sintam representados e valorizados. A combinação de línguas e culturas nos textos dos alunos reflete as identidades híbridas e o contexto de vida dos estudantes, que transitam entre os mundos tradicional e moderno. Ao levar em conta as particularidades linguísticas e culturais, os docentes têm a capacidade de construir um ambiente de ensino que valorize as experiências dos estudantes e favoreça uma educação mais inclusiva.

Melatti (1993) propõe que "a escrita, quando bem orientada, pode se tornar uma ponte entre os saberes tradicionais e o conhecimento formal, promovendo um diálogo intercultural significativo". Para desenvolver uma educação bilíngue que valorize as línguas indígenas e o português, respeitando as identidades culturais dos alunos e promovendo uma aprendizagem mais significativa, é fundamental integrar os saberes tradicionais e formais.

O estudo fonológico e cultural das línguas Apinayé, Canela, Kayapó e Krahô, além de considerá-las como consequências pedagógicas do ensino bilíngue, evidencia a complexidade e a profundidade dessas línguas e suas conexões culturais. As semelhanças e diferenças fonológicas evidenciam a diversidade no tronco Macro-Jê, ao passo que as abordagens metodológicas propõem estratégias para um ensino bilíngue que leve em consideração essas particularidades.

Quando bem implementado, o ensino bilíngue não apenas facilita a aprendizagem de um segundo idioma, ou seja, língua portuguesa, mas também garante a preservação das línguas indígenas, reforçando as identidades culturais dos estudantes e auxiliando na preservação de suas tradições. De forma, é necessário adaptar o currículo escolar para que ele reflita as particularidades fonológicas e culturais das línguas indígenas, com a participação ativa das comunidades no processo de construção educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo examinar a diversidade linguística do tronco Macro-Jê e suas consequências para o ensino bilíngue, bem como entender a relevância da preservação linguística para a identidade cultural dos povos indígenas. A análise fonológica das línguas Apinayé,

Canela, Kayapó e Krahô, juntamente com a reflexão sobre as práticas pedagógicas bilíngues, demonstrou que a educação bilíngue é fundamental para preservar as línguas indígenas.

A pesquisa sobre as línguas do tronco Macro-Jê revelou que, apesar de terem uma origem comum, elas exibem variações fonológicas e gramaticais que refletem as dinâmicas históricas e culturais de cada grupo.

As semelhanças entre idiomas destacam a importância de um ensino bilíngue que respeite as especificidades culturais e linguísticas. Ao incorporar as línguas indígenas ao currículo escolar, o ensino bilíngue não apenas simplifica o aprendizado do português, mas também reforça a identidade indígena e a autoconfiança dos estudantes, permitindo que utilizem sua língua materna como fundamento para a aprendizagem.

A pesquisa revelou que a documentação é fundamental para a preservação das línguas indígenas, atuando como um instrumento de resistência cultural e assegurando que as gerações futuras tenham acesso aos saberes ancestrais.

Ademais, enfatizou-se a importância de aumentar os investimentos em políticas públicas voltadas à criação de materiais pedagógicos bilíngues e à capacitação de docentes qualificados, uma vez que a efetiva implementação do ensino bilíngue é comprometida pela escassez de recursos e de profissionais especializados.

Também é fundamental ampliar a produção de obras bilíngues que contemplem as línguas indígenas, como as do tronco Macro-Jê, a fim de diversificar o acervo literário e oferecer representações culturais para que as crianças indígenas possam se identificar.

Em conclusão, este estudo ajuda a entender o papel do ensino bilíngue na preservação das culturas e línguas indígenas, além de fortalecer a identidade cultural dos povos que mantêm suas línguas maternas, enquanto prática de resistência e valorização cultural, é fundamental para assegurar que as línguas indígenas sejam preservadas e transmitidas às próximas gerações. Portanto, ao valorizar e incorporar as línguas indígenas no sistema educacional, estaremos contribuindo tanto para a preservação dessas línguas quanto para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que reconhece e celebra as diferenças culturais que a constituem.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges (org.). **Gramática pedagógica da língua Apinajé**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011. 140 p.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; KRAHÔ, Yahé Renato (orgs.). **Gramática Krahô**. Campinas, SP: Pontes, 2016.

BESSA, Ricardo Augusto de Oliveira. **Morfologia e morfossintaxe da língua Krahô (família Jê, tronco Macro-Jê)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

DRUMOND DE CASTRO, Paula; CAIRES, Luanne. Encontros e desencontros: como os conhecimentos indígena e tradicional interagem com o meio universitário. **ComCiência**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/linguagem/ling13.htm>. Acesso em: 25 out. 2025.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

LÍNGUAS indígenas estão sob ameaça no Brasil. **ComCiência**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/linguagem/ling13.htm>. Acesso em: 25 out. 2025.

MACRO-JÊ, civilização/história. In: **WIKIBOOKS**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://pt.m.wikibooks.org/wiki/Civiliza%C3%A7%C3%A3o_macroj%C3%AA/Hist%C3%B3ria. Acesso em: 30 jan. 2026.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. 7. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

MELATTI, Júlio César. Krahô. In: WILBERT, Johannes (ed.). **Encyclopedia of World Cultures**. v. 7. Boston: G. K. Hall & Co., 1994. p. 135-139.

MELATTI, Júlio César. **Índios e criadores**: a situação dos Krahô na área pastoril do Tocantins. Rio de Janeiro: UFRJ, 1967.

MIRANDA, Maxwell; BORGES, Águeda Aparecida da Cruz; SANTANA, Áurea Cavalcante; SOUSA, Suseile Andrade (orgs.). **Línguas e culturas Macro-Jê: saberes entrecruzados**. Barra do Garças, MT: GEDELLI/UFMT, 2020. 444 p. ISBN 978-65-00-02975-8. Disponível em: <http://araguaia2.ufmt.br/ebook/ebook1.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2026.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

ESTUDO COMPARATIVO DO VOCABULÁRIO ENTRE AS LÍNGUAS INDÍGENAS QUE FAZEM PARTE DO TRONCO MACRO-JÊ E DA FAMÍLIA LINGUÍSTICA JÊ. Valdson Júnior de Sousa GOMES; Danielle Mastelari LEVORATO; Francisco Edviges ALBUQUERQUE. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS A2. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2026 – MÊS DE JANEIRO - Ed. 70. VOL. 01. Págs. 497-514. <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

SANTOS FILHO, Joaquim; GAMBOA, Silvio Sánchez. **Educação indígena e pesquisa qualitativa**. Brasília: MEC, 2001.